

ANTROPOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Hélder Pires Amâncio (PPGAS / UFSC)¹

Resumo

O objetivo deste ensaio é refletir criticamente sobre a noção de *patrimônio cultural* como artefacto sociocultural e como tecnologia política, analisando-a em termos históricos, de carácter e condições de sua existência a partir do referencial teórico oferecido pela disciplina Antropologia e Patrimônio Cultural². Este trabalho levanta questões e problematiza algumas das premissas que estiveram na origem deste campo e que estão na base de sua análise, mesmo que de forma camuflada. As questões que se procuram refletir aqui são as seguintes: o que é o patrimônio cultural? Ou como ele pode ser conceptualizado e estudado antropologicamente? Como os projetos etnográficos podem captar as dimensões críticas do patrimônio cultural? Que contribuição a antropologia pode oferecer para a compreensão do campo do patrimônio cultural? Como os discursos sobre o patrimônio cultural constroem subjetividades e moldam a forma como os problemas são conceptualizados e apresentados? Que respostas os sujeitos às/das políticas do patrimônio oferecem aos processos de subjetivação criados pelos discursos estatais sobre o mesmo? Estou certo de que nem todas as perguntas que levanto neste ensaio serão aqui respondidas, mas ficam como questões a serem refletidas em ensaios e/ou artigos posteriores dada a complexidade das mesmas.

Palavras-chave: Antropologia, patrimônio cultural e política patrimonial.

Abstract

The purpose of this essay is to critically reflect on the notion of cultural heritage as a socio-cultural artefact and as a political technology, analyzing it in terms of history, character and conditions of its existence from the theoretical framework offered by the Anthropology and Cultural Heritage discipline. This paper raises questions and discusses some of the assumptions that led to this field and which are the basis of his analysis, even in a disguised form. The

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista do CNPq-PEC-PG. Licenciado em Antropologia pelo Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo-Moçambique.

² Lecionada pela Professora Doutora Alicia Norma González de Castells, docente do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e coordenadora do Núcleo de Pesquisa NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural.

questions that seek to reflect here are: what is the cultural heritage? Or how can be conceptualized and studied anthropologically? As ethnographic projects can capture the critical dimensions of cultural heritage? What contribution anthropology can offer to the understanding of the cultural heritage field? How discourses on cultural heritage construct subjectivities and shape the way problems are conceptualized and presented? That answers the subjects to / from equity policies offer subjective processes created by the State speeches about the same? I am sure that not all the questions raise in this essay will be answered here, but remain as issues to be reflected in tests and / or subsequent articles given their complexity.

Key-words: Anthropology, cultural heritage and heritage policy.

Introdução

A relação entre a Antropologia e o Patrimônio Cultural é antiga. Segundo Lima Filho e Abreu (2007) o interesse da antropologia pelo patrimônio e a actuação dos antropólogos nesse campo nasce junto com a antropologia. Os autores, afirmam que:

Se incluímos no campo do patrimônio os museus, será possível sistematizar ações significativas tanto em prática de colecionamento, pesquisa em museus, reformulações e realizações de exposições. A antropologia nasceu nos museus e é marcada pela ideia de preservação desde o início, quando os primeiros pesquisadores da disciplina coletavam objetos e documentos em suas pesquisas de campo e depois armazenavam nos laboratórios de pesquisa (FILHO E ABREU, 2007pág.21)³.

Embora essa relação seja antiga, nem sempre os antropólogos trataram o patrimônio como tema específico de descrição e análise (GONÇALVES, 2007). Lima Filho e Abreu (2007) argumentam que só nos últimos anos é que o patrimônio se tornou objeto de reflexão sistemática dos antropólogos, o que explica o tendencial crescimento do número de cientistas sociais, maioritariamente antropólogos que, se dedicam ao campo do patrimônio cultural, tanto na academia, bem como em ações de preservação do patrimônio junto aos governos (ARANTES, 2006; LIMA FILHO E ABREU, 2007).

O tema do patrimônio tem colocado novos debates dentro das universidades e está na ordem do dia das políticas públicas nas sociedades contemporâneas (LIMA FILHO E ABREU

³ Os autores citam exemplos de alguns dos antropólogos clássicos como Franz Boas, Georges Henri Rivière (Museu de Artes e Tradições Populares), Paul Rivet (Museu do Homem) e Claude Lévi-Strauss (Colaborador do Museu do Homem e do projeto de fundação da UNESCO).

2007; CASTELLS, 2008) e como objeto de estudo da antropologia oferece “novos pontos de vista sobre a produção da diferença e da identidade” (LIMA FILHO, 2006: 19).

Um dos pontos de partida da antropologia para o estudo do patrimônio cultural é justamente, o questionamento do que se entende como patrimônio - ou seja, patrimônio para quem e para quê? – Nesse sentido estudar o patrimônio implica, não apenas estudar o cotidiano dos atores, mas também as práticas diárias dos formuladores das políticas públicas do patrimônio – pois, como sugere Ulpiano Meneses, o coração da problemática do patrimônio está nos valores⁴, como ele afirma “atuar no campo do patrimônio cultural é se defrontar, antes de mais nada, com a problemática dos valores, que ecoa em qualquer esfera do campo” (2012: 32).

Para a antropologia, o patrimônio cultural é um fenômeno social, isso implica compreendê-lo não enquanto produzido pelo poder público, mas pela sociedade como um todo⁵, sem, contudo excluir a participação do Estado ou do governo na criação de valores, estes últimos “privilegiando ou marginalizando uns e outros, mas sempre no jogo das práticas sociais” (MENESES, 2012: 34). As práticas é que são, segundo Meneses o ventre gerador, o que significa dizer que o patrimônio cultural existe, mesmo sem qualquer intervenção do poder público.

Os projetos etnográficos revelam-se assim de grande relevância para captar o que eu chamo “dimensões críticas” do campo do patrimônio, pois como veremos é um campo eminentemente político (MENESES, 2012; LIMA FILHO, 2006; VELHO, 2006), de jogos e conflitos permanentes, o que exige instrumentos metodológicos afinados, capazes de perceber os valores em jogo e as subtilezas do campo, que só o detalhe minucioso da etnografia nos pode oferecer.

O ensaio encontra-se estruturado em seis partes, a saber: Introdução - parte I; O campo do patrimônio - parte II; O projeto etnográfico e as dimensões críticas do patrimônio – parte III; Patrimônio Cultural e Subjetividades – parte IV e finalmente a Conclusão – parte V e as Referências bibliográficas – parte VI, usadas ao longo de todo o texto.

O campo do patrimônio cultural

Afinal de contas o que é o patrimônio cultural? Quando é que ele emerge e como pode ser concebido do ponto de vista antropológico? Responder a estas perguntas não é fácil,

⁴ Entendido enquanto atribuição de importância, que qualquer sujeito ou coletividade dá a algo.

⁵ Deslocamento do Estado para a sociedade.

contudo, tentarei apresentar um breve panorama histórico da emergência da categoria *patrimônio cultural*, buscando entender o ponto de partida da antropologia para o estudo deste campo.

Segundo Choay, a palavra patrimônio⁶ é antiga e estava ligada, na origem “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e tempo” (2001: 11). A palavra foi requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que, segundo Choay fizeram dela um conceito “nômade”⁷, seguindo hoje uma trajetória diferente e retumbante.

Esse deslocamento da idéia primeira, do patrimônio como propriedade e posse, adquirindo fôlego e novos contornos semânticos são apontados por Lima Filho (2006), como ponto pacífico entre os estudiosos do tema. Segundo Lima Filho (Idem), é no contexto iluminista do século XVIII⁸ que se inicia o projeto de democratização do saber e o interesse por outras culturas (ex.: a chinesa, japonesa, mexicana, brasileira e africana) e uma atenção especial é oferecida aos vestígios da antiguidade.

O caminho de valorização das antiguidades nacionais levou, à noção de tombamento, a partir da Revolução Francesa e com a criação da Inspeção dos Monumentos Históricos em 1930, na França, lapidando a noção de valor nacional. Esse movimento se visualiza igualmente na Inglaterra com a instituição do Ato de Proteção dos Movimentos Antigos (CHOAY, 2001; KERSTEN, 2000 *apud* LIMA FILHO, 2006). Assim, Lima Filho argumenta: “estava traçado o caminho de sentidos de preservação dos patrimônios mundiais como metonímias de coletividades, memórias nacionais e portanto, também de carácter universal” (2006: 18).

É nesse contexto, que as noções de patrimônio/propriedade e patrimônio/preservação serão apropriadas pelas narrativas nacionais como forte apelo identitário (LIMA FILHO, 2006). Segundo Gonçalves “ no plano das narrativas nacionais (...) uma nação torna-se aquilo que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio” (1996: 24 *apud* LIMA FILHO 2006: 19).

De acordo com Lima Filho (2006), passa-se do carácter individual de posse do patrimônio ao carácter coletivo de memória nacional. A identidade do indivíduo associa-se à

⁶ “Bem de herança que é transmitido, segundo leis, dos pais e das mães aos filhos” (*Dictionnaire de la Française* de É. Littré *apud* CHOAY, 2001, pág.11)

⁷ Como afirma Castells (2007, pág.3 *apud* CHOAY, 2001) o patrimônio é atualmente “um conceito que transita por diferentes áreas disciplinares da produção científica.”

⁸ Segundo Benedict Anderson (2005, pág. 23-24) é nos finais desse período que se criam o que ele chama de “artefactos culturais de um tipo especial”: o fator nacional ou nacionalidade e o nacionalismo. Portanto, a preservação dos bens patrimoniais estão ligados também a emergência dos Estados-nação apontados por Anderson.

identidade da coletividade, mesmo que esta relação signifique ambiguidades e conflitos de forte apelo ideológico. Lima Filho (2006) argumenta que, “se o patrimônio é bom para pensar a nação” a categoria agrega-se conseqüentemente ao tema que tem sido muito explorado pelos últimos debates antropológicos, evidenciados pela globalização - o das construções nacionais, que tem oferecido à disciplina novas possibilidades metodológicas de exploração do conhecimento. Portanto, o autor sugere pensar o patrimônio na relação com a nação e “patrimônio como categoria de pensamento”⁹ ou seja como instrumento metodológico de interpretação das sociedades contemporâneas.

As temáticas atuais sobre o campo do patrimônio argumenta Castells (2008: 03) apresentam uma diversidade de questões que incluem desde os estudos atinentes a conservação da memória, aos referentes a revisão da história tradicional, ao turismo como prática identitária e de mercado, aos temas tradicionais do patrimônio na cidade adicionados pelos atuais processos de “gentrificação”¹⁰ e ao campo do patrimônio natural, etc.

De acordo com Castells (2008) dentre as perspectivas atuais do patrimônio, a intervenção dos múltiplos agentes, como: o Estado, as instituições privadas e ONGs e outras associações civis e populações locais - constitui uma das temáticas fundamentais e segundo a autora, “pode-se afirmar que a dinâmica e a inovação são constitutivos desse campo.”

Numa comunicação apresentada ao Fórum Nacional do Patrimônio Cultural - vol.1, intitulada “O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão das premissas”, Ulpiano Meneses chama atenção para “a necessidade indispensável e urgente de manter permanentemente uma atitude crítica em relação a certas premissas que devem orientar o campo do patrimônio cultural que, acabam por se desgastar, se banalizar ou se perder em desvio” (2012: 26). Nesse contexto, o autor propõe uma agenda de questões que na perspectiva dele (da qual concordo) merecem aprofundamento crítico e reflexão contínua. São elas:

- 1) A desarticulação entre práticas e representações, que esvazia o patrimônio de seu sentido existencial e privilegia o que Meneses (2012: 25) chama de “perversos usos culturais da cultura”;
- 2) A inconveniência da polaridade entre o material e o imaterial;

⁹ Conceito trabalhado por Gonçalves (2007).

¹⁰ Segundo Castells (2008) esse termo refere-se aos processos de enobrecimento de áreas urbanas que uma vez valorizadas terminam expulsando as populações pobres residentes nesses lugares. Sobre a questão a autora sugere ver os autores: Otilia Arantes (2000) e Sharon Zukin (2000).

- 3) A necessidade de repensar o quadro de valores culturais do ponto de vista das práticas culturais e dos seus praticantes, não supondo que tais valores sejam imanentes às coisas.

Meneses propõe nessa comunicação que, os estudiosos do patrimônio cultural devem adotar uma perspectiva que supere o que ele chama de “dualismos insustentáveis” (2012: 32) – como a separação entre as representações e práticas ou material do imaterial. Para Meneses, a grande problemática para quem trabalha com o campo do patrimônio cultural é a questão do *valor*, que segundo ele “ecoa em qualquer esfera deste campo”. O valor é segundo Meneses uma questão central e que demanda tratamento adequado. Nesse sentido, partilho com Meneses, que o questionamento da noção de patrimônio e das premissas do estudo da mesma são o ponto de partida da reflexão antropológica sobre o patrimônio cultural.

Na mesma perspectiva que Ulpiano Meneses e outros autores, Canclini (1994) afirma que, o debate sobre o patrimônio histórico-cultural têm visto os atuais processos de mudança (por exemplo: o desenvolvimento urbano, a mercantilização, as indústrias culturais e o turismo) como inimigos. O autor faz uma crítica a essa perspectiva e sugere que esses processos considerados “ameaças” sejam aceitos como contextos em que os bens históricos existem e, mais do que isso, que sejam vistos como uma porta para repensar a própria noção do que é o patrimônio cultural e da identidade nacional.

Canclini problematiza a noção de patrimônio e identidade nacional, argumentando que “o que entendemos como tal não é um conjunto de bens e tradições surgidos e mantidos no território historicamente habitado por uma comunidade” (1994: 95), pois hoje as “populações originárias” se alimentam, se informam e se entretêm de mensagens produzidas em outros lugares (estrangeiras a elas) e incorporam a sua vida cotidiana (ver. CLIFFORD, 1995 – “Introducción: Los productos puros enloquecen” In *Dilemas de la cultura* – que problematiza a pureza dos lugares e pessoas, e em última instância da cultura).

Segundo Canclini (1994: 95-96) existe na atualidade três movimentos de reconceptualização do conceito de patrimônio, nomeadamente:

- a) Afirma-se que o patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, expressões “mortais” da cultura – sítios arqueológicos, arquitetura colonial, antigos objetos em desuso, mas também os bens culturais visíveis e invisíveis – novos artesanatos, línguas, conhecimentos, documentação e comunicação do que se considera apropriado através da indústria cultural.

- b) Ampliou-se, também, a política patrimonial de conservação e administração do que foi produzido no passado aos usos sociais que relacionam esses bens as necessidades contemporâneas das maiorias.
- c) Em oposição a uma seletividade que privilegia os bens culturais produzidos pelas classes hegemônicas - pirâmides, palácios, objetos ligados à nobreza ou à aristocracia – reconhece-se que o patrimônio de uma nação também se compõe de produtos da cultura popular: músicas indígenas, textos de camponeses e operários, sistemas de autoconstrução e preservação dos bens materiais e simbólicos elaborados por todos os grupos sociais.

O que Canclini (1997 *apud* CASTELLS, 2008) sugere é a superação do hiato do patrimônio como referente ao passado, ao morto, ao perdido para concebê-lo como algo vivo e que nos interpela cotidianamente. Sugere, portanto, uma visão menos embalsamada e mais dinâmica do patrimônio.

O projeto etnográfico e as dimensões críticas do patrimônio

Pois então, se o patrimônio é dinâmico como captar tal dinâmica, como a antropologia pode captar as dimensões críticas do patrimônio cultural, essa questão é a que pretendo refletir nesta seção. Segundo Gonçalves “a interpretação antropológica de quaisquer formas de vida social e cultural passa pela *descrição etnográfica*¹¹ dos usos individuais e coletivos de objetos materiais” (2007: 07). A descrição etnográfica diz Gonçalves, não é apenas pela razão evidente de utilidade prática dos objetos que, sem dúvida é indispensável, mas especialmente pelas funções simbólicas que esses objetos desempenham na vida das pessoas, que são de acordo com o autor, “pré-condições estruturais para a realização das primeiras”.

A etnografia é o meio pelo qual a antropologia pode captar as dimensões críticas do patrimônio, pois, ela implica num esforço intelectual de entendimento contextual das práticas sociais e culturais cotidianas.

Três estudos podem ser exemplos¹² elucidativos sobre o lugar da etnografia no entendimento das dimensões críticas do patrimônio cultural e da sua importância para os formuladores das políticas públicas sobre o patrimônio. O estudo de Magnani e Morgado sobre o futebol de várzea em São Paulo (1996); o estudo de Castells (2008) sobre a exclusão e inclusão

¹¹ Grifo meu.

¹² Poderíamos trazer outros exemplos, mas centramo-nos apenas em três.

no contexto da política patrimonial brasileira e o de Velho (2006) sobre tombamento de um terreiro de Candomblé em Salvador da Bahia.

Magnani e Morgado (1996) analisam o tombamento de um espaço (denominado Parque do Povo) de realização do futebol de várzea como patrimônio, ligada a preservação do lazer, antes não incluída na lista de preservação do patrimônio, que apenas incluía espaços de moradia, de trabalho e de devoção. Esses autores descrevem o complexo processo que levou ao tombamento do Parque do Povo como patrimônio cultural, mostrando como a etnografia é importante para a compreensão desta prática de lazer e da sua importância na vida das pessoas (no caso seus praticantes e admiradores). Os autores apontam três elementos críticos que tencionavam a visão de uns a favor e de outros contra a patrimonialização do parque:

- 1) Tratava-se de um espaço ligado a atividade de lazer popular;
- 2) Apesar da comprovada ligação da atividade com a ocupação original do terreno, trata-se de uma prática de lazer que não guarda relação com imagem outrora existente, portanto havia um contraste entre a atividade e a natureza do campo com a transformação do espaço que, se tornava mais urbanizado e produzia um contraste em relação a nova estética dos bairros – o que favorecia a eliminação dos campos e da prática do futebol de várzea;
- 3) O Parque do Povo até pelo nome ficaria melhor na periferia.

Os autores mostram como foi finalmente possível tomar esse espaço, depois das várias vicissitudes, que culminaram com a salvaguarda do direito ao lazer e da forma característica do lazer popular em um contexto que ia se tornando cada vez mais nobre.

O segundo exemplo interessante é a reflexão de Castells (2008) a partir de sua experiência de campo em uma pesquisa sobre patrimônio imaterial no Sertão de Valongo – a autora problematiza a partir da óptica das políticas públicas patrimoniais a questão da exclusão e do direito à cidadania “partindo do pressuposto de que a dinâmica e a inovação são fatores constitutivos de todo o processo patrimonial ...”, e que “...a identificação de bens de referência para o registro, pertencentes aos sectores não hegemônicos (indígenas, negros, populações rurais, imigrantes, etc.) representa uma mudança significativa no entendimento e na escolha dos alvos dignos de serem pesquisados.” (CASTELLS, 2008: 01). A autora problematiza, portanto a imagem caricatural da inclusão nas políticas patrimoniais e faz aflorar as táticas dos excluídos para a sua inclusão no que se denomina patrimônio cultural brasileiro. Ela aponta que a *cor* do lugar (antes denominada Sertão dos negros em referência ao predomínio afro-descendentes,

hoje é designado pelos afro-descendentes como o Sertão dos brancos e ricos da cidade). A *cor* e a *religião* são acionadas como táticas de reivindicação de direitos e expressam as continuidades e mudanças que estão ocorrendo no contexto de Valongo.

Finalmente o terceiro exemplo que escolhi trazer, é o processo de tombamento de um terreiro de candomblé Casa Branca, em Salvador da Bahia, citado também por Castells (2008) em que, Gilberto Velho (2006) argumenta que, mais do que questões técnicas e legais, o que estava em jogo nesse processo de tombamento eram questões identitárias (identidade nacional) – portanto, o que se disputava na mesa das negociações, era o que poderia ser valorizado e consagrado como patrimônio através da política do tombamento – “Simbologia associada ao Estado em suas relações com a sociedade civil” (VELHO, 2006: 240 *apud* CASTELLS, 2008).

Segundo Castells (2008: 07) o exemplo trazido por Velho coloca em questão “a relatividade da própria noção de identidade que o objeto patrimonial pressupõe e os desdobramentos que isso significa para a construção da cidadania.”

Todos esses exemplos mostram a relevância que a etnografia assume no entendimento das dimensões críticas do patrimônio, das disputas, conflitos e negociações que o campo do patrimônio encerra.

Patrimônio cultural e subjetividades

Nos exemplos acima expostos a subjetividade aparece como elemento importante e, é um tema recorrente nos atuais estudos sobre o patrimônio cultural (ver. GONÇALVES, 2005; LIMA FILHO, 2006 E CASTELLS, 2008). Segundo Gonçalves (2007) a categoria patrimônio cultural desempenha um papel fundamental na formação de subjetividades individuais e coletivas, ou seja, a existência do patrimônio cultural (enquanto condição e efeito) depende das modalidades de autoconsciência individual e coletiva.

Para além das condições externas de existência do patrimônio ele “instaura um tipo de mediação entre a “cultura herdada” e a “cultura reconstruída” (GONÇALVES, 2005 *apud* LIMA FILHO, 2006). A dimensão subjetiva do patrimônio se revela na interação dos sujeitos com os objetos patrimoniais, permitindo que estes (os sujeitos) estabeleçam uma relação com eles próprios e com a alteridade (LIMA FILHO, 2006), como explicam Lima Filho e Abreu:

O objeto ou a coisa mesmo, que circula enquanto algo praticado e ritualizado no corpo social, mediante os atos que o fazem percorrer os complexos (des) caminhos da vida em sociedade, está repleto de sentidos e nexos compartilhados por aqueles que lhes atribuem

valores e simbolismos, sendo que os mesmos emergem da própria experiência intersubjetiva das pessoas em interação entre si, e delas com o mundo. O objeto encerra sempre uma dimensão ético-estética, remetendo ao gesto humano de criar, confeccionar e operar com os mais variados objetos em lugares específicos. Há uma simbologia do objeto cuja dinâmica está relacionada a uma ecologia específica, envolvendo um universo mental implicado em certos mapeamentos, atribuições de sentidos mais ou menos subjetivos e fluxos de imagens, que “situam” a coisa em si pelo que significa para os sujeitos, desde o estar-no-mundo em relação a própria presença aurática do objeto enquanto ícone, ou mesmo, como expressão e desejo de estabelecer vias de comunicação relacionadas a determinadas experiências culturais. Ora é esse fluxo de sentidos e imagens que o objeto dispersa no mundo que é capaz de veicular aspectos singulares das reminiscências do sujeito devaneante, pelas ações de lembrar vivências passadas e experimentar a tensão entre esquecimentos lembranças, a partir do contato com a materialidade da coisa e os sentidos possíveis que ela encerra consigo. Daí que as imagens dos objetos também “circulam” nos meandros das memórias dos sujeitos carregando lembranças de situações vividas outrora, permeadas por certas subtilezas emoções próprias do ato de lutar contra o esquecimento e a finitude do ser, bem como de seus veículos com o seu lugar de pertença (LIMA FILHO E ABREU, 2005: 38).

O patrimônio enquanto uma “categoria de pensamento” (GONÇALVES, 2007) ou “categoria analítica” (LIMA FILHO, 2006) nos permite a mediação “alojada na tensão antropológica do sujeito x coletivo, do material x imaterial, do particular x universal e do passado x presente, da história x memória” (LIMA FILHO, 2006: 23).

Algumas perguntas colocadas por Gonçalves (2007: 227) e que importa trazer aqui para a reflexão são: em que as instituições do Kula¹³, Potlatch¹⁴, as cerimônias e objetos materiais se tornam diferentes quando pensados como patrimônios? E qual é a vantagem de entendê-los como patrimônio?

Para Gonçalves (2007) à luz da categoria patrimônio cultural, essas instituições, ritos e objetos, podem ser percebidos ao mesmo tempo em sua universalidade e especificidade, reconhecidos simultaneamente como necessários e contingentes, adquiridos e ao mesmo tempo herdados, materiais e imateriais, objetivos e subjetivos, passado, presente e futuro, assumindo diversas formas. Como o autor resume: “O sentido fundamental dos “patrimônios” consiste talvez em sua natureza total em sua função eminentemente mediadora”¹⁵ (GONÇALVES, 2007: 227).

De acordo com Gonçalves, essa forma de pensar o patrimônio aproxima-se a noção desenvolvida por Edward Sapir de “cultura autêntica” – entendida enquanto experiência de criação, de transformação, que não se impõe de fora para os indivíduos, mas sim de dentro para fora, sendo uma expressão da criatividade dos mesmos (GONÇALVES, 2007). Outro aspecto importante, apontado por Gonçalves para a compreensão da “cultura autêntica” é a atitude em

¹³ Sistema de trocas econômicas estudado por Malinowski entre os Trobriandeses do Pacífico Ocidental.

¹⁴ Do nordeste americano estudado por Marcel Mauss.

¹⁵ Grifos do autor.

relação ao passado, suas instituições, sua arte e seu pensamento. Esse passado não existe fora do objetos e é de interesse cultural enquanto ainda presente e podendo ser futuro.

Portanto, pensar o patrimônio nesses termos articula-se intimamente com a dimensão subjetiva do patrimônio, pois, pressupõe sempre alguma forma específica de continuidade entre presente, passado e futuro. A noção de “cultura autêntica” permite, segundo Gonçalves (2007: 229) “interromper com todo e qualquer processo de objetificação de formas culturais”- como ele a define: “a cultura autêntica é precisamente o que escapa de toda e qualquer definição, classificação e identificação precisa e objetificadora tal como ocorre nos discursos de patrimônio cultural no sentido moderno, especialmente quando articulados por agências do Estado.” Para Gonçalves (2007), “são exatamente as formas de cultura autêntica que necessariamente escapam das redes desses discursos”.

Conclusão

No presente trabalho apresentado na modalidade de ensaio refleti sobre a relação entre a antropologia e patrimônio cultural. No mesmo questioneei o conceito de patrimônio cultural e as premissas de estudo nesse campo, a partir da perspectiva antropológica e procurei explorar algumas questões implicadas no estudo deste objeto complexo, tais como: Como o patrimônio pode ser pensado antropológicamente; Como a etnografia pode ajudar a entender as dimensões críticas do patrimônio e finalmente como o patrimônio constrói subjetividades. É fundamentalmente nestas questões que me centrei.

Na verdade nesta seção mais do que uma conclusão no sentido de fechamento, ela é uma abertura para explorar no sentido prático (de pesquisa) as questões e perspectivas de análise sugeridas pela antropologia, que a meu ver abrem possibilidades de enriquecimento desse campo pelo carácter interdisciplinar da disciplina.

A partir das leituras que fiz deu para perceber que o patrimônio cultural foi ganhando novos contornos ao longo do tempo (CHOAY, 2001) e o mesmo se situa no campo dos valores (MENEZES, 2012), o que significa que, não se trata de um campo com fronteiras demarcadas e fixas, um campo com rotas seguras e pontos de chegada precisos. O campo do patrimônio é antes um espaço de confrontos e conflitos, de avaliação e valoração (ver VELHO, 2010; MENEZES, 2012; CANCLINI, 1995; CASTELLS, 2008).

A conclusão a que chego é que o patrimônio cultural deve ser pensado simultaneamente como um artefacto sociocultural ou uma ferramenta analítica, no sentido em que possa permitir compreender analiticamente o mundo social e cultural e, ao mesmo tempo como uma tecnologia política, no sentido em que permita que a compreensão do social e cultural facilite a ação, por exemplo, em termos de construção de políticas patrimoniais que, sejam condizentes com o mundo cotidiano de vivência das pessoas e não separando a política da compreensão analítica, pois como argumenta Ulpiano Menezes (2012) e eu concordo, o campo da cultura e consequentemente do patrimônio cultural é um campo eminentemente *político*¹⁶.

Menezes defende que não basta um tratamento técnico-científico das questões, pois, nunca dará conta de toda a problemática presente. O autor sustenta, na base do que Apel e Habermas chamam de *ética do discurso* que é necessário comunicar (argumentando, demonstrando e convencendo) “a partir da base racional e universal dos princípios da ação” e não apresentar postulados, razões universais e lógicas profissionais absolutas, pois, “os valores não estão previstos geneticamente, eles são criados, pelo que, precisam ser enunciados, explicitados e fundamentados e podem ser propostos, recusados e transformados – não impostos” (MENEZES, 2012: 39).

O campo do patrimônio é portanto, um campo complexo, trabalhoso e delicado e precisa, de uma visão minuciosa, exige uma postura crítica e rigorosa, que vai para além das preferências pessoais. Ao mesmo tempo que demanda muito trabalho é fascinante, pois não se trata de coisas, mas de significados, valores, consciências, desejos e aspirações que nos fazem seres humanos (MENESES, 2012) e nesse quesito a etnografia, mostra ser uma ferramenta fundamental para a captação dessa matéria-prima com a qual os antropólogos trabalham.

Referencias bibliográficas

ANDERSON, Benedict (1993). *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del Nacionalismo*. México: FCE. p.17-63

ARANTES, António (1994). O Patrimônio cultural a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 23. p. 94-116

¹⁶ No sentido que este autor atribui a noção, não no sentido partidário, mas no sentido daquilo que é gerido de forma compartilhada pelos cidadãos ou seja coisa comum e de interesse público (MENEZES, 2012, pág. 38).

- _____ (2006). O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. *Habitus*. Goiânia, v.4 n1, jan/jun. p. 425-435
- CASTELLS, Alicia N.G. de (2008). *Políticas de patrimônio - entre a exclusão e o direito à cidadania. O público e o privado*. Fortaleza: UECE – Universidade Estadual do Ceará.
- CHOAY, Françoise (2001). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP. p.11-28.
- CLIFFORD, James (1995). *Dilemas de la cultura. Antropología, literatura y arte en la perspectiva posmoderna*. Barcelona: Gedisa.
- GONÇALVES, Jose Reginaldo Santos (2007). Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro. p.211-234
- _____ (2002). *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*, Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN. Cap.1.
- _____ (2009). O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina. p. 19-33.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira e ABREU, Regina (2007). Antropologia e Patrimônio Cultural no Brasil. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ERKERT, Cornelia e BELTRÃO, Jane Filipe (Org). *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra.
- LIMA FILHO, Manuel (2006). Cidades Patrimoniais e Identidades Nacionais: questões antropológicas na perspectiva comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos. In: LIMA FILHO, Manuel e BEZERRA, Márcia. *Os caminhos do patrimônio no Brasil*. Goiânia: Alternativa.
- MAGNANI, José Guilherme e MORGADO, Naira (1996). Futebol de várzea também é patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Cidadania. Nº 24. P. 175-185

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de (2012). O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. I vol.1 *In*: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. *Anais*, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN.

VELHO, Gilberto (2006). Patrimônio negociação e conflito. *Mana*. Estudos de Antropologia Social. v. 12, n.1, p. 237-248.